

O INDÍGENA NO DISCURSO CULTURAL ARGENTINO DO CENTENÁRIO: UMA PRESENÇA REMANESCENTE

Ivia Minelli

Universidade Estadual de Campinas

ivia@unicamp.br

Ao longo do século XIX*, quando os discursos pós-independentistas tinham como desafio construir uma perspectiva nacional que distinguisse os novos países da antiga metrópole (GUERRA, 2003, p. 81), o indígena passou a ser um entrave político e cultural às jovens nações, uma vez que o argumento republicano, partindo das peculiaridades do território, não poderia ignorá-lo como parte constitutiva da sua população. No entanto, isso não significou sua valorização: tudo estava por ser feito em terras americanas, e caberia aos homens instruídos o empenho dessa jornada (SARMIENTO, 1996, p. 192). Nesse ínterim, o indígena estava classificado como selvagem e, por isso, impossível de ser salvo ante a almejada civilização, devendo ser superado em sua ignorância e passividade¹.

Essa perspectiva oitocentista instrumentalizava diferentes projetos civilizatórios no continente e rompia com a governabilidade do passado colonial e os sujeitos nela implicados, abrindo espaço para novos referenciais de progresso, de liberalismo. Para o caso argentino, a figura do indígena passava a ser depositária de todas as características indesejáveis à incipiente nação, sendo o referencial do atraso econômico hispânico, do primitivismo cultural e da instabilidade política, uma vez que o desafio era enquadrar o país num curso evolutivo. Para Elias José Palti, as características nacionais foram construídas

* Esse texto apresenta as premissas do meu projeto de pós-doutorado, em andamento, indicando as balizas interpretativas da pesquisa.

¹ “Muito se deve ter contribuído para produzir esse resultado infeliz [a baixa instrução dos homens interioranos argentinos] a incorporação de indígenas feita pela colonização. As raças americanas vivem na ociosidade e se mostram incapazes, mesmo pela coação, de se dedicarem a um trabalho duro e contínuo” (SARMIENTO, 1996, p. 71-72).

para atender a uma perspectiva de unidade, de exclusividade e de virtude que configurasse o caráter autocelebratório do ser argentino. Num contexto pós-independentista em que não se podia apelar aos clássicos elementos de construção genealógica (língua, etnia, tradição) para distinguir-se do passado colonial e dos estados vizinhos, os intelectuais enfrentavam o desafio de enquadrar a Argentina num curso evolutivo (2009). Portanto, sendo difícil encaixar o indígena nessa nova lógica civilizacional, mas também sendo impossível ignorá-lo e ou desterrá-lo, o caminho encontrado foi desarticulá-lo biológica e culturalmente como ser inferior e condicionado aos ditames da sociedade *criolla* (QUIJADA, 2004, p. 433).

No final do século XIX, o Estado argentino coroava sua condição liberal², caracterizada oficialmente pela federalização de Buenos Aires e pelo estabelecimento de uma homogeneização jurídica – a qual garantia que a diferenciação étnica já não existia, pois os indígenas ou haviam sido incorporados, ou haviam sido militarmente eliminados (IGHINA, 2000, p. 29-30). No ano de 1880, ascendia à presidência da Argentina o general Julio Argentino Roca (1843-1914), que também ficou conhecido como o “conquistador do deserto” e o “pacificador”, por conta de seu comando sobre as expedições que ocuparam e devastaram antigos territórios indígenas, principalmente na região da atual Patagônia. O desafio imposto à época era integrar o território e reconhecer uma identidade nacional a partir de um governo ordenado e estável, mediante uma sociedade que se transformava rapidamente (LOBATO, 2000, p. 189).

Outro fator se somaria ao ensejo de definir o ser nacional: a intensa migração vivida pelo país na virada do século XIX para o XX. Marcada tanto pelo deslocamento da população *gaucha*, interiorana e seduzida por melhores

² Com a queda do General Juan Manuel de Rosas (1793-1877), que assumiu a governança do país entre 1829 e 1852, em um período de grandes disputas territoriais e políticas travadas após a independência, propôs-se a centralização do governo com sede em Buenos Aires, o que seria rechaçado por muitas lideranças interioranas. Entre 1854 e 1861, configurou-se a Confederação Argentina, que impunha à Argentina duas capitais, sendo que a cidade de Paraná sediava a outra proposta política de nação. A partir de 1861, Buenos Aires se tornaria o centro administrativo do país.

condições de vida oferecidas nos centros urbanos do país, quanto pela chegada de estrangeiros com diferentes nacionalidades, as cidades argentinas se tornavam cenário privilegiado para o desenvolvimento de ações político-culturais. Sobre os imigrantes, que teriam sido atraídos inicialmente para o trabalho no campo, por conta da Ley de Inmigración y Colonización (nº 817, 1876), eles incharam as cidades, principalmente homens de ascendência italiana. A metade populacional de Buenos Aires chegou a ser composta por estrangeiros, invertendo a antiga proporção campo / cidade em relação ao número de habitantes (VILLANUEVA, 2010, p. 503-505). Segundo Mónica Quijada, seria justamente essa experiência única do continente um dos componentes que impulsionou a caracterização da Argentina como um país de cultura europeia e homogeneamente branca, pois, ao reconhecer grandes levas de composição étnica, a presença indígena e negra do período colonial se tornava uma referência longínqua.

Sí se pregunta hoy a cualquier argentino de a pie cómo percibe la configuración étnica de su país, con toda probabilidad hablará de la existencia de una gran diversidad. Si se insiste en la pregunta, demandando detalles, la respuesta hará seguramente referencia a la aportación, en forma de 'crisol de razas', de italianos, españoles, polacos, ingleses, judíos, alemanes, yugoslavos... es decir, a una población heterogénea, sí, pero de origen fundamentalmente europeo (QUIJADA, 2000, p. 9).

Nesse contexto também foram alcançados os primeiros resultados de antigos e persistentes projetos educacionais delineados no decorrer do século XIX, que gerou a formação de uma grande massa de leitores com acesso a publicações periódicas e livrescas. Em grande medida, a própria consolidação de um espaço de intensa circulação periódica deveu-se ao processo legal de secularização da educação popular que, se era uma tendência, fora oficializada por leis que alavancaram de forma vertiginosa a educação (BATTICUORE, 2010,

p. 413)³. Para Adolfo Prieto, a conformação de leitores ativos a partir de 1880 era, portanto, um produto político, efeito do programa de modernização empreendido pelo poder público (PRIETO, 2006, p. 13)⁴.

Ao considerarmos essas convulsões políticas, sociais e culturais que envolveram o ambiente citadino na virada do século, sinalizamos para os novos embates que seriam travados no pensamento argentino: se a civilização não era mais um fantasma a ser perseguido – a cidade centralizava as preocupações do período e o Estado liberal estava consumado –, a questão passava a ser como definir, e ou controlar, os agentes e os meios dessa modernização argentina. De dentro dos centros universitários, havia uma enorme preocupação, por exemplo, em ressignificar as produções de origem popular, veiculadas às centenas no formato de *folletos* e de revistas, que contavam com linguagens e temáticas comuns ao complexo cotidiano das cidades (autores estrangeiros, voz *payadoresca / criollista*) e que circulavam facilmente entre *kioscos* e livrarias.

Para combater esses efeitos não desejáveis da modernidade (TERÁN, 2008, p. 148), intelectuais enfileirados com o Estado esboçavam o que viria a ser conhecido pela historiografia como o primeiro nacionalismo argentino (SVAMPA, 2006, p. 31)⁵. O literato e acadêmico Ricardo Rojas (1882-1957) foi um dos nomes mais representativos do nacionalismo cultural do Centenário, idealizador e criador da cátedra de Literatura Argentina na Universidad de Buenos Aires, em 1912. Para ele, o agente responsável pela intervenção simbólica deveria ser o Estado, capaz de colocar em prática um plano de educação nacional que restauraria o ambiente histórico e, portanto, as tradições culturais em esquecimento (DEGIOVANNI, 2007, p. 99).

Nesse sentido, Rojas desenvolveu uma tese que equilibrasse as forças

³ Tanto na presidência de Roca quanto na de seu sucessor, Miguel Juárez Celman (1886-1890), surgiram leis como a de *Educación Común* (1884) que proporcionaram um índice de alfabetização superior a 90% da população.

⁴ PRIETO, Adolfo. “Introducción”. In: *El discurso criollista en la formación de la Argentina moderna*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006, p. 13.

⁵ Maristella Svampa define que nessa primeira formulação do nacionalismo argentino o “nacional” assumiu o lugar da tradição.

progenitoras do país, definidas desde as heranças indígenas, passando pela presença espanhola, até alcançar as manifestações *criollista*. Essa perspectiva agregadora de Rojas dialogava com um sentimento de “hispanismo” bastante difundido entre alguns intelectuais do período, que reagiam ao cosmopolitismo do período e que acreditavam estar na síntese de forças geradoras do passado colonial a consciência nacional (BEIRED, 2008, p. 11-12); ou seja, a miscigenação cultural entre índios e espanhóis comporia um *ethos* identitário (MAILHE, 2017, p. 22)⁶.

Outra obra de Rojas que destaco para pensar as características dessa tradição *criolla* em disputa é *Historia de la literatura argentina. Ensayo filosófico sobre la evolución de la cultura en el Plata*⁷, estudo em que o autor buscou promover a história crítica da evolução literária argentina (1960, p.31). Publicado inicialmente em quatro tomos: "Los gauchescos" (1917), "Los coloniales" (1918), "Los proscriptos" (1919) e "Los modernos" (1922), o próprio ordenamento de sua edição é bastante significativo, pois sobrepõe a noção de “origem” a de “começo” quando reconhece que, apesar de existir vestígios literários no período colonial, estaria na permanência da literatura *gauchesca* o critério de fundação da nacionalidade (VÁZQUES, 2006, p. 427). Para Rojas, "la identidad de esta poesía [se funde] con el alma argentina, y su carácter épico, [es] representativo de la raza como entidad espiritual" (1960, p. 57).

Como podemos observar, a identidade reivindicada estava atrelada ao passado *criollo* do século XIX, destacando a literatura *gauchesca* como espaço de maior representatividade do espírito nacional argentino; e o elemento indígena, como coadjuvante indelével, garantia a genealogia do argumento de Rojas. Embora aparecesse como uma referência instável, quase incômoda, o indígena como categoria narrativa revelava-se útil porque oferecia “un elemento distintivo y valioso para enfrentar “el peligro de la desdiferenciación que (...) asediaba a las representaciones latinoamericanas” (BRAVO, 2016, p. 13). Ainda

⁶ Destaco aqui duas obras importantes de Rojas para a compreensão da sua proposta: *Blasón de Plata* (1910) e *Eurindia* (1924).

⁷ Em sua primeira edição, a obra saiu editada como *Literatura argentina. Ensayo filosófico sobre la evolución de la cultura en el Plata* (1917-1922); apenas na terceira edição ganha seu título definitivo, *Historia de la Literatura argentina. Ensayo Filosófico sobre la evolución de la cultura en el Plata* (1948).

que a construção do discurso da tradição argentina estivesse pautada nas heranças do homem interiorano (o *gaucho*), o distanciamento cultural em relação ao indígena precisava estar demarcado temporalmente.

Pero nadie sintió la pampa en su genuina emoción, como el gaucho de nuestros tiempos heroicos. (...) La pampa así vivida, alcanzó personificación histórica en el gaucho, del mismo modo que la vida gauchesca ha logrado representación literaria en el canto inicial de los payadores. El arte que llamo de los “gauchescos”, fue producto de una aleación del indio y del conquistador en el crisol de la tierra nativa; arte que asumió primero la forma tradicional de las danzas, filosofemas, romances y mitos folklóricos; que pasó después del campo a las ciudades y de la rapsodia oral al poema escrito; que se caracterizó en *Martín Fierro*, derramando más tarde su savia vital en los otros géneros cultos de la literatura argentina, hasta incorporar al gaucho como actor o inspirador de numerosas obras en la novela, el cuento, el drama, la comedia, la elegía, el himno, la oratoria, la crítica histórica y filosófica. Tan abundante caudal de cultura arguye vitalidad en la pintoresca especie; pero hay quienes pretenden que los gauchescos sólo ofrecen un carácter regional, transitorio y circunscripto al género de los romances más conocidos. Mi libro sostiene, por lo contrario, la universalidad del tipo dentro del territorio, de la historia y de la cultura argentina (ROJAS, 1960, p. 81-82).

Rojas definiu uma linhagem evolutiva do arquétipo argentino que, para alcançar seu estágio de crítica filosófica, teria superado a mestiçagem entre índios e espanhóis. Com o propósito de elaborar a antologia crítica da literatura nacional, Rojas incorporou o indígena à sociedade *criolla*, coroando um movimento discursivo de assimilação e conseqüente desmantelamento da cultura indígena que se alastrava desde o século XIX⁸. No entanto, esse era apenas um dos tantos espaços enunciativos do período.

Nas narrativas do popular, por exemplo, que ficaram de fora desse projeto

⁸Sobre o tema, conferir: QUIJADA, M. “¿Qué nación? Dinámicas y dicotomías de la nación en el imaginario hispanoamericano”. In: GUERRA, François-Xavier (coord.). *Inventando la nación*. México: FCE, 2003; MINELLI, Ivía. “Debate historiográfico argentino e a construção da questão indígena”. In: *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, v. 11, dez. 2011.

de Rojas, o indígena recebia diferentes tratamentos, assim como o seu lugar histórico também reconhecia diferentes acepções. Portanto, entendermos as dinâmicas desse material alijado por Rojas, e por grande parte da elite letrada, tem como objetivo identificar que esse era um lugar em disputa no começo do século XX, o que pode ser rastreado pela análise de diferentes vertentes da imprensa popular do período. Destaco aqui as *revistas criollas*, um segmento do periodismo popular que circulou fora dos parâmetros de escrita e produção do que se reconheceu como “revista cultural” para o período, uma vez que apresentavam os debates sobre a tradição nacional por meio do registro de fala *criolla*, assim como pautavam seu lugar de fala no cotidiano *gaucho*, indígena e imigrante das cidades e dos campos argentinos⁹.

Como forma de exemplificar tais possibilidades analíticas trazidas pelas revistas *criollas*, indicamos a problemática indígena dentro da revista *Santos Vega. Revista semanal de actualidades*, publicada em 32 números no ano de 1914¹⁰. A partir de um programa desenvolvido dentro do ideário anarquista, conduzida por renomados libertários como, por exemplo, Félix Basterra (1858?-1923), *Santos Vega* dialoga com os preceitos do *criollismo* ao evocar o drama gaucho/criollo para suas páginas, assumindo-se como porta-voz da crítica a um Estado que negligencia a realidade de sua população em nome de uma “república patrioteira”. A questão indígena, por exemplo, seria evocada dentro da revista de modo a aproximar as turbulentas experiências de *criollos* e indígenas diante das políticas estatais. A contundente denúncia sobre a inércia do congresso nacional diante de violentas ações no interior do país, em que indígenas seriam mortos e teriam seus corpos abandonados sem qualquer

⁹ A revisão do debate intelectual do começo do século XX da minha tese de doutorado pautou-se na análise dessas revistas criollas. Destituídas fisicamente da Argentina, pela desarticulação desse lugar de enunciação criolla século XX adentro, esses documentos foram preservados num arquivo alemão, o Ibero-Amerikanisches Institut (Berlim), pela proposta compiladora do antropólogo Robert Lehmann-Nitsche, que atuou em diferentes instituições argentinas entre 1897-1930. MINELLI, Ivía. “*La tradición se apea: revistas criollas e intelectualidade criollista na Argentina (final do século XIX e início do XX)*”. Tese de doutorado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Outubro de 2018.

¹⁰ Para além da *Santos Vega*, Já temos em nossa posse a reprodução completa de 18 revistas *criollas* pertencentes ao acervo de Robert Lehmann-Nitsche, sendo possível ampliar essa documentação por meio do trabalho da disponibilização digital que o Ibero-Amerikanisches Institut tem realizado nos últimos anos.

comoção do Estado, foi feita com o uso de expressões *criollistas* a fim de acusar a postura negligente dos congressistas:

Matar a un indio, qué importa? El indio ni tiene patria, ni tiene cónsul. Ni siquiera tiene nombre. Cuando las aguas del gran río echan sobre la costa, junto con la resaca, una veintena de cadáveres acribillados a balazos, se recogen, se entierran, - para evitar la pestilencia – y se acabó. Son indios. Los indios no merecen más... Parecen, sin embargo, que la infamia ha llenado la cachimba* y que el corral del Congreso, pialadores de buen pulso tienen prontos los lazos y hecha ya la armada para tentar la captura de los jagaretés comedores de indios” (SANTOS VEGA, 13 de Junio de 1914, nº24).

Ao chamar os políticos de “pialadores de buen pulso” que estariam prontos para “capturar a los jagaretés comedores de índios”, o editorial criava uma leitura irônica da situação, pois seu lugar de enunciação descrevia criticamente a postura dos políticos dentro de uma chave linguística com a qual eles não se identificavam e, assim, tornava plástico o drama narrado: a quem representam os políticos argentinos? Nessa vertente, o *criollismo* permitia-se como voz de uma denúncia social, capaz de agregar outros setores presentes e igualmente negligenciados pelo Estado. Dentre as muitas categorias discursivas assumidas pelo indígena ao longo da história argentina, nesse período do Centenário ela pode ser vista como catalizadora de uma narrativa de denúncia.

A revista *Santos Vega* potencializaria o debate sobre o indígena por meio da incorporação de textos sobre o tema. Com seção intitulada “Leyenda indígena”, que teve lugar assegurado em todos os números, a revista tornava vívida mais uma das experiências interioranas que o Estado tentava assumir como passado nacional, apresentando textos que priorizavam a presença indígena como base conformadora do imaginário cultural *criollo*. Os trabalhos compilados eram de diferentes nacionalidades e referenciavam as grandes etnias do continente, como: o texto do argentino Filiberto de Oliveira César (1856-1910), sobre os guaranis¹¹; do mexicano Heriberto Frías (1870-1925),

¹¹ *Leyenda de los indios guaraníes* [1892].

sobre os astecas¹²; do peruano Ricardo Palma (1833-1919), sobre os incas¹³; entre outros.

A partir de tais fragmentos, a revista tornava ainda mais complexa a explanação sobre a vida no campo, ocupado por sujeitos e por demandas de diferentes contextos sociais e sinalizava para um debate que ultrapassava as fronteiras argentinas. Claro está que as discussões aqui indicadas apoiavam-se na composição de uma memória indígena, que serviria diretamente aos entraves da sociedade criolla; ou seja, não havia uma mobilização nas revistas *criollas* que implicasse em uma mudança identitária e ou social, a questão circunscreve-se ao plano da enunciação.

Destaco aqui um dos autores que tem trabalhado a partir de novas abordagens dentro dessa perspectiva *criollista*: Ezequiel Adamovsky, que se propõe a rearticular o lugar do discurso indígena para além dos termos propostos no começo do século XX por Ricardo Rojas. Em artigos recentes, Adamovsky apresenta de forma inédita as obras do cantor *criollista* e anarquista, Martín Castro (1882-1971), que teria incorporado em sua arte o “gaucho ameríndio” - a encarnação do indígena após o seu desaparecimento na Argentina.

En Argentina, sin embargo, mientras que el hispanismo tuvo una amplia acogida entre los nacionalistas, el mestizismo solo tuvo débiles resonancias en intelectuales procedentes del interior del país, como el santiagueño Ricardo Rojas o, en menor medida, el riojano Joaquín V. González. Rojas fue intensificando su interés por el legado indígena y llegó a proponer en 1924 el nombre Eurindia como síntesis de los orígenes europeo y aborigen de la cultura local, una propuesta que trascendió el ámbito intelectual. Pero el indio que le interesaba rescatar era una referencia espiritual que llegaba del pasado (y del noroeste del país más que de la región pampeana), antes que una presencia concreta actual. En cualquier caso, como vimos, la mirada de Castro, por su rechazo del aporte europeo y su sospecha sobre el mestizaje, no entroncaba bien con estas ideas (ADAMOVSKY, 2016, p. 16).

¹² *Leyendas históricas mexicanas* [1899].

¹³ *Tradiciones peruanas* [1893-96].

Esse caso particular, que registra o percurso de um artista popular, é muito interessante e ajuda a redimensionar os alcances de produção do período; mas, e se pudéssemos localizar esses casos dentro da produção periodista popular, que teve grande circulação e que desenharam seu espaço de atuação para além das consagradas redes intelectuais? Dentro do debate do *criollismo* no Centenário, produções oligárquicas e populares estiveram em franca disputa.

Portanto, investigar como se articulavam outros setores culturais num período em que se reconhece uma imprensa plural e heterogênea é abrir espaço para outras constituições discursivas sobre uma categoria fundamental que é o indígena para a história latino-americana, inclusive dentro de um discurso de branqueamento cultural. Num contexto em que se disputou as definições da característica *gaucha/criolla*, invariavelmente encontramos diferentes interações com a memória indígena.

Referências

GUERRA, François-Xavier. "Las mutaciones de la identidad en la América Hispánica". In: ANNINO, Antonio; GUERRA, F. **Inventando la nación. Iberoamérica siglo XIX**. México: FCE, 2003.

SARMIENTO, Domingo F. **Facundo: civilização e barbárie**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

PALTI, Elias José. **Nación, historia y lenguajes políticos en la Argentina de siglo XIX**. Buenos Aires: Edeuba, 2009.

QUIJADA, Mónica. "De mitos nacionales, definiciones cívicas, y clasificaciones grupales. Los indígenas en la construcción nacional argentina, siglos XIX a XXI". In: ANSALDI, Waldo (Coord.). **Calidoscopio latinoamericano: imágenes históricas para un debate vigente**. Buenos Aires: Ariel, 2004.

IGHINA, Domingo (et al). **Espacios geoculturales. Diseños de Nación en los discursos literarios del Cono Sur. 1880-1930**. Córdoba: Alción, 2000.

LOBATO, Mirta Zaida. “Estado, gobierno y política en el régimen conservador”. In: LOBATO, M. Zaida. (dir.) **Nueva historia argentina. El progreso, la modernización y sus límites (1880-1916)**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2000.

VILLANUEVA, Graciela. “Inmigrantes y extranjeros en las leyes y en la ficción”. In: JITRIK, Noe (coord.). **Historia crítica de la literatura argentina. El brote de los géneros (vol. 3)**. Buenos Aires: Emecé, 2010.

QUIJADA, Mónica. **Homogeneidad y nación. Con un estudio de caso: Argentina, siglos XIX y XX**. Madrid: CSICCH, 2000.

PRIETO, Adolfo. **El discurso criollista en la formación de la Argentina moderna**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.

TERÁN, Oscar. **Historia de las ideas en la Argentina. Diez lecciones iniciales, 1810-1980**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.

DEGIOVANNI, Fernando. **Los textos de la patria. Nacionalismo, políticas culturales y canon en Argentina**. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 2007.

BEIRED, José Luis B. “Hispanismo, intelectuais e identidade nacional na Argentina”, **Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC**, Vitória, 2008.

MAILHE, Alejandra. “Ricardo Rojas: viaje al interior, la cultura popular y el inconsciente”, **Anclajes**, vol. XXI, nº1, 2017.

ROJAS, Ricardo. **Historia de la literatura argentina. Ensayo filosófico sobre la evolución de la cultura en el Plata**. Buenos Aires: Ed. Guillermo Kraft Ltda., 1960.

VÁZQUES, María Celia. “Historias literarias e intervenciones críticas sobre la literatura argentina”. In: JITRIK, Noe. **Historia crítica de la literatura argentina. La crisis de la forma (vol. 5)**. Buenos Aires: Emecé, 2006.

BRAVO, Álvaro Fernández. **El museo vacío: acumulación primitiva, patrimonio cultural e identidades colectivas Argentina y Brasil**. Buenos

Aires: EUDEBA, 2016.

ADAMOVSKY, Ezequiel. “Criollismo, política y etnicidad en la obra de Martín Castro, cantor anarquista (c. 1920-1950)”, **Quinto Sol**, Vol. 20, Nº 3, 2016.